

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

Em 27 de junho de 2018, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10H00

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - Projeto de Lei n.º Projeto de Lei n.º 881/XIII/3.ª (PCP) - Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho);
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - Proposta de Lei n.º 135/XIII/3.ª (ALRAM) - Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, que regula a audição dos Órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas
Relatora - Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - A) Projeto de Lei n.º 736/XIII/3.ª (PS) - Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet (conclusão);
 - B) Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª (PS) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção Antenupcial;
 - C) Proposta de Lei n.º 119/XIII/3.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE);
5. **Nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 112/XIII/3.ª (GOV) - Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão);**
6. **Fixação da redação final do texto que "Recomenda a adoção de medidas no âmbito do Plano de Ação da Década Internacional de Afrodescendentes" [Projeto de Resolução n.º 1152/XIII/3.ª (BE)];**
7. **Discussão e votação do relatório sobre as seguintes iniciativas europeias:**
COM (2018) 234 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação);
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
8. **Apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol, que decorreu em Sófia no dia 19 de março [Deputado Fernando Anastácio (PS) e Deputado António Filipe (PCP), pela 1.ª Comissão, e Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) e Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), pela 4.ª Comissão];**
9. **Discussão e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
 - Petição n.º 470/XIII/3.ª - Contra o encerramento da 10.ª esquadra PSP de Lisboa (Arroios-Areeiro) – Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);
 - Petição n.º 472/XIII/3.ª - Adoção de medidas eficazes em casos de violência doméstica - Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)
10. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
11. **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

11H30

Audição do Presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil (conjunta com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas) sobre o novo Plano Nacional de segurança da Aviação Civil (requerimento do PSD).

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

<p>COM (2018) 225 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às ordens europeias de entrega ou de conservação de provas eletrónicas em matéria penal</p>	<p>Deputado António Gameiro (PS)</p>	<p>Prazo 11-07-2018</p>
<p>COM (2018) 383 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o programa «Direitos e Valores»</p>	<p>Deputado José Manuel Pureza (BE)</p>	<p>Prazo 11-07-2018</p>
<p>COM(2018)473 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Gestão Integrada das Fronteiras, o instrumento de apoio financeiro à gestão das fronteiras e dos vistos Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658</p>	<p>Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)</p>	<p>Prazo NA</p>
<p>COM (2018) 474 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece, no âmbito do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras, o instrumento de apoio financeiro aos equipamentos de controlo aduaneiro Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658</p>	<p>Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)</p>	<p>Prazo NA</p>
<p>C (2018) 3658 RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO que adita os apêndices A e B à Recomendação C (2006) 5186 da Comissão, de 6 de novembro de 2006, relativa ao estabelecimento de um «Manual prático para os guardas de fronteira (Manual Schengen)» a utilizar pelas autoridades competentes dos Estados-Membros quando procedem ao controlo de pessoas nas fronteiras Pacote - COM (2018) 473 / COM (2018) 474 e C (2018) 3658</p>	<p>Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)</p>	<p>Prazo NA</p>
<p>COM (2018) 324 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros</p>	<p>Deputado Fernando Rocha Andrade (PS)</p>	<p>Prazo 11-07-2018</p>

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, a pedido da relatora, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), foi adiada, para a reunião seguinte, a apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 881/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

Procedeu-se, então, à discussão do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 135/XIII/3.ª \(ALRAM\) - Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, que regula a audição dos Órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas](#), que foi apresentado pela respetiva Relatora, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD). Após as intervenções dos Senhores Deputados Fernando Rocha Andrade (PS) e António Filipe (PCP), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, tendo a Senhora Deputada relatora informado que pretendia fazer uso dos 3 minutos de intervenção atribuídos à Relatora da iniciativa quando do debate da iniciativa em Plenário, em cumprimento da regra 16.ª - «Tempo de intervenção ao relator de um projeto» - da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018.

No quarto ponto, teve lugar a discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 736/XIII/3.ª \(PS\) - Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet](#).

O projeto de, da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 26 de janeiro de 2018, após aprovação na generalidade.

Em 29 de janeiro de 2018, a Comissão solicitou parecer escrito às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#), [Ordem dos Advogados](#), [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#) e [Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género](#).

Nas reuniões de 14, 20 e 27 de junho de 2018, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei. Em 14 de junho, interveio no debate o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que explicou que a recolha de contributos na fase de especialidade permitira confirmar a pertinência da iniciativa, que não merecera quaisquer propostas de alteração. Recordou que o perfil da criminalidade que agora se visava era o da produção de danos irrecuperáveis, evidenciando a existência de um bem jurídico mais complexo do que o atualmente protegido pelo Código Penal. Em resposta a dúvidas suscitadas pelo Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) acerca da pertinência da inserção sistemática da agravação no tipo penal da violência

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

doméstica, clarificou ainda que a agravação que se propunha incida no contexto genérico previsto na alteração ao artigo 197.º do Código, mas também no artigo 152.º - violência doméstica – na sequência de jurisprudência nesse sentido, em vez da criação de um tipo autónomo, por estarem já contemplados penalmente comportamentos com partes deste tipo que agora poderiam ser agravados.

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) considerou que a redação proposta para o artigo 152.º poderia ser reformulada, em face dos contributos, tendo oralmente proposto a seguinte redação para o n.º 3 do artigo constante do Projeto de Lei, que propôs passasse a n.º 2, transitando o anterior n.º 3 para n.º 2: “No caso previsto no **número anterior**, se o agente praticar o facto mediante a difusão através da *Internet* ou de outros meios de difusão pública generalizada **de dados pessoais, designadamente imagem e som**, relativos à intimidade da vida privada de uma das pessoas aí referidas, sem o seu consentimento, é punido com pena de prisão de dois a cinco anos”.

Na reunião de 20 de junho, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta escrita substitutiva daquela, que reformulou, em resultado do debate, tendo apresentado, em 26 de junho, nova proposta de redação do n.º 2 do artigo 152.º do Código Penal, que foi na reunião de hoje aprovada por unanimidade, na ausência do PEV. Todos os demais artigos do Projeto de Lei (não objeto de propostas de alteração) foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão, uma vez que dera entrada, no dia anterior, uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, argumentando que gostaria de a analisar melhor.

Foi igualmente adiada, para a reunião seguinte, a discussão e votação, na especialidade da [Proposta de Lei n.º 119/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (EU), a pedido do Grupo Parlamentar do PSD,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

através da Senhora Deputada Andreia Neto, tendo em vista a apresentação de propostas de alteração.

No ponto seguinte, que consistia na nova apreciação na generalidade da [Proposta de Lei n.º 112/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão), a Senhora Deputada Susana Amador (PS) comunicou que, da parte da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, havia todo o interesse e disponibilidade para fazer a votação indiciária daquela iniciativa na Subcomissão, tendo o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) dito nada ter a obstar e recordado que continuava em falta o parecer solicitado pela Comissão ao Conselho Superior do Ministério Público, ao que o Senhor Presidente respondeu que seria feita uma nova insistência pelos serviços de apoio. Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) manifestou a discordância do Grupo Parlamentar do PSD quanto à realização na Subcomissão do processo de votação da Proposta de Lei por entender que esta, apesar de conter normas relativas ao crime de violência doméstica, era transversal a todo o tipo de crimes, pelo que entendia que toda a discussão e votação deveria ser feita na 1.ª Comissão. Perante tal oposição, o Senhor Presidente respondeu que, nesse caso, a nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei seria feita na Comissão.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à fixação da [redação final](#) do texto que «Recomenda a adoção de medidas no âmbito do Plano de Ação da Década Internacional de Afrodescendentes» [\[Projeto de Resolução n.º 1152/XIII/3.ª \(BE\)\]](#), dando cumprimento ao disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República. Foi fixada por unanimidade a redação final do texto, tendo sido aceites, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da informação n.º 98/DAPLEN/2018, de 26 de junho de 2018, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com os seguintes aperfeiçoamentos no introito e no n.º 1: «*A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:*

- 1- *Assuma o compromisso de implementar, no âmbito das suas políticas para a igualdade, as medidas recomendadas pela Organização das Nações Unidas (ONU)*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.^a SL

no quadro do Plano de Ação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). (...)».

O sétimo ponto, que consistia na apreciação e votação do relatório sobre a [COM \(2018\) 234](#) - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação), foi adiado para a reunião seguinte por não se encontrar presente o respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Em seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou o Relatório de Participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol, que decorreu em Sófia no dia 19 de março, em que estiveram presentes também os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Fernando Anastácio (PS) e a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), tendo destacado que se mantivera sobre a mesa a questão do estatuto da Dinamarca, que estando excluída deste pilar reivindicava continuar a acompanhar os trabalhos do Grupo. Realçou ainda como interessante a possibilidade de interpelação escrita direta (perguntas escritas) por parte dos parlamentares, membros do Grupo, como meio de fiscalização da Europol.

No nono ponto, foi apreciado o relatório final da [Petição n.º 470/XIII/3.^a](#) - Contra o encerramento da 10.^a esquadra PSP de Lisboa (Arroios-Areeiro), que após ter sido apresentado pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

A Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) informou que iria apresentar o relatório final da [Petição n.º 472/XIII/3.^a](#) - Adoção de medidas eficazes em casos de violência doméstica, na reunião seguinte.

No ponto seguinte, procedeu-se à ratificação da votação do parecer da Subcomissão de Ética relativo ao levantamento da imunidade parlamentar da Senhora Deputada Andreia Neto (PSD).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

Não havendo nada a tratar no ponto reservado a outros assuntos, teve lugar uma breve interrupção dos trabalhos, antes de ter início a audição do Presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), representada pelo Senhor Presidente Dr. Luis Miguel Ribeiro, que se fez acompanhar da Dr.ª Sílvia Santos e da Dr.ª Carla Pinto.

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da ANAC para uma intervenção inicial, na qual fez um enquadramento da ANAC, das suas competências e do trabalho que tem vindo a desenvolver, em particular no que diz respeito à revisão do Plano Nacional de Segurança da Aviação Civil.

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) para apresentar de forma sucinta o requerimento do seu Grupo Parlamentar e colocar as questões que entendesse justificarem-se, às quais o senhor Presidente da ANAC deu resposta.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra para colocar questões e solicitar esclarecimentos pelos restantes Grupos Parlamentares as Senhoras e os Senhores Deputados António Gameiro (PS), Heitor de Sousa (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

No final, o Senhor Presidente da ANAC respondeu às questões colocadas, na sequência da qual os Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), Ascenso Simões (PS) e Bruno Dias (PCP) manifestaram necessitar de esclarecimentos adicionais que foram solicitados na segunda ronda de intervenções.

Às questões colocadas o Senhor Presidente da ANAC respondeu em conjunta, finda a qual o Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) fez uma interpelação à mesa para pedir ao Senhor Presidente que solicitasse ao Senhor Presidente da ANAC que fizesse chegar às Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Economia, Inovação e Obras Públicas, um levantamento dos trabalhos já realizados, bem como do plano de trabalhos ainda a realizar, acompanhado de um cronograma desses mesmos trabalhos, designadamente, com indicação de data prevista para a conclusão de cada um deles, destinados a sustentar uma futura revisão dos limites de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

vento obrigatórios que permitem a aproximação de uma aeronave para efetuar uma aterragem no Aeroporto da Madeira, vigentes desde 1964 e desde então inalterados, apesar dos melhoramentos efetuados ao nível das infraestruturas do aeroporto e da evolução tecnológica das aeronaves.

Registado o pedido e não havendo outras questões ou esclarecimentos, o Senhor Presidente deu por concluída a audição que foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 61/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Elza Pais
Emília Cerqueira
Telmo Correia